



As confrarias, as elites urbanas e o poder municipal em Évora nos finais da Idade Média

Joaquim Bastos Serra¹

Remitido: 30 de noviembre de 2022 / 10 de marzo de 2023

Resumen. El artículo parte de una cuestión que es la de saber si las cofradías de la ciudad de Évora tuvieron algún papel en la intensa disputa por el poder que marcó la vida política municipal al final de la época medieval. La pregunta es pertinente si tenemos en cuenta que nos referimos a entidades que tuvieron un fuerte impacto dentro de la comunidad urbana y generaron interacciones que les otorgaron un enorme capital social que podría resultar relevante en diferentes niveles. Este texto constituye una contribución para responder a la pregunta planteada inicialmente, centrándose más particularmente en la relación que las cofradías de Évora mantenían con el poder político municipal y con la élite dirigente. El análisis naturalmente tuvo en cuenta las características de estas instituciones, prestando especial atención a su perfil social, considerando también la realidad política de la ciudad. Un marco en el que destaca el fuerte proceso de oligarquización que se acentuó, sobre todo, a partir de mediados del siglo XIV, lo que no quiere decir que no haya habido disputas por el control del poder municipal. Por el contrario, durante este período hubo una intensa lucha política que obligó a los líderes a transigir en muchos aspectos y a enfrentarse, de diferentes maneras, a la creciente oposición proveniente de algunos sectores de la sociedad excluidos del poder. Es en este contexto político en el que debe entenderse la relevancia de las cofradías, no tanto para quienes se oponían o disputaban el poder, sino, sobre todo, y quizás sorprendentemente, para la propia oligarquía.

Palabras clave: cofradías; Évora; élites del concejo; administración municipal.

[en] The confraternities, the urban elites, and the municipal power in Évora at the end of the Middle Ages

Abstract. This article derives from the question of whether the confraternities of the city of Évora played any role in the intense dispute for power that marked the municipal political life at the end of the medieval period. The question is relevant if we take into account that we are referring to entities that had a strong impact within the urban community and generated interactions that gave them enormous social capital that could prove to be relevant at different levels. This text is a contribution to answer the question initially postulated, focusing, more particularly, on the relationship that the confraternities of the city of Évora maintained with both the municipal political power and the ruling elite. The analysis naturally took into account the characteristics of these institutions, paying special attention to their social profile, while also considering the political reality of the city. This is a framework in which the strong process of oligarchizing stands out, which itself had been intensified, mainly from the mid-14th century, and which does not mean that there had not been disputes over the control of municipal power. On the contrary, during this period, there was an intense political struggle that forced the leaders to compromise in many aspects and to face, in various ways, growing opposition from some sectors

¹ Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, Portugal.
E-mail: jbserra@uevora.pt.
ORCID: [0000-0001-5097-9411](https://orcid.org/0000-0001-5097-9411).

of society that were excluded from power. The relevance of confraternities is to be understood in this political context, not so much for those who opposed or contested power, but above all, and perhaps surprisingly, for the oligarchy itself.

Keywords: confraternities; Évora; urban élites; municipal administration.

Sumário. 1. Introdução. 2. A preponderância das famílias mais destacadas no interior das confraternidades. 3. O papel das confraternidades na vida política municipal. 4. Conclusão. 5. Bibliografia.

Cómo citar: Serra, Joaquim Bastos (2023), As confrarias, as elites urbanas e o poder municipal em Évora nos finais da Idade Média, em *En la España Medieval*, 46, 45-63.

1. Introdução²

O presente artigo constitui a resposta a um desafio que nos foi lançado num colóquio organizado pelo CIDEHUS/Universidade de Évora sobre *Mobilidade(s) e Mudança Social no Sul*³, no qual, entre muitos outros temas, se refletiu sobre as oligarquias concelhias e as suas estratégias sociais e de controlo do poder político, nos finais do período medieval. Foi no âmbito dessa discussão e do equacionar do papel que as diversas instituições e polos de poder urbano tiveram no quadro político municipal, que se colocou a questão de saber se as confrarias teriam ou não assumido algum papel ao nível do que podemos designar como dinâmicas sociopolíticas municipais. A questão coloca-se porque muito embora estas entidades assistenciais não tivessem inscritos nos seus compromissos quaisquer objetivos dessa natureza, elas acabaram direta ou indiretamente por se envolver nas lógicas de poder. Em muito locais, assumiram mesmo um papel ativo e relevante na defesa dos interesses dos segmentos sociais que as integravam.

Quando nos referimos a esse tipo de papel, lembramo-nos, talvez em primeiro lugar, das confrarias de ofícios que, um pouco por toda a Europa, encabeçaram lutas políticas em defesa de determinados direitos das gentes ligadas ao mundo artesanal e mercantil. Entre as mais poderosas e ativas, a esse nível, contam-se as confrarias de cidades da Flandres, do norte da Península Itálica ou do Império Alemão⁴. Sozinhas ou tendo por detrás a força das poderosas corporações de ofícios que as enquadravam, essas confraternidades tiveram um papel importante enquanto estruturas

² Abreviações: ADE = Arquivo Distrital de Évora; AM = Arquivo Municipal de Évora.

³ O encontro integrava-se no âmbito do Projeto *Mudança Social no Sul. Séculos I a XXI*, coordenado por Mafalda Soares da Cunha, e teve lugar na Universidade de Évora, nos dias 28 e 29 de abril de 2016.

⁴ Esse cariz reivindicativo deteta-se também nas confrarias de ofícios de diversos núcleos urbanos peninsulares. Em cidades como Barcelona, Laredo e muitas outras, elas foram um dos rostos mais visíveis da oposição ao poder municipal, liderando processos reivindicativos que visavam a manutenção ou obtenção de determinados direitos. Em algumas cidades foram ainda estas irmandades que protagonizaram as mais profícuas lutas em defesa da participação dos homens do *Común* nas governações locais, de onde progressivamente foram sendo afastados. Um bom exemplo, a esse nível, é o das confrarias de mercadores, mareantes e de gentes do mar, das vilas portuárias da Cantábria, como Santander, Laredo, S. Vicente da Barquera, que se contavam entre as mais poderosas instituições locais. No século XV foram elas que lideraram a luta do *común* contra o fechamento do poder municipal, imposto pelo *Regimiento*, que os afastou dos órgãos políticos locais. O seu poder organizativo permitiu-lhes obter o apoio régio que se mostrou relevante para a sua luta política. Vejam-se, por exemplo, os seguintes trabalhos: Solórzano Telechea, “*Como uno más del Pueblo*”; García Fernández, “Las cofradías de mercaderes, mareantes y pescadores”.

reivindicativas e de pressão sobre as autoridades locais, constituindo-se mesmo, em determinados momentos, como plataformas que controlavam o poder político municipal.

Mas se este é o lado mais visível de atuação das confraternidades nas realidades políticas locais, ele estava longe de ser o único. O caráter mais direto e, por vezes, mais espetacular que este tipo de atuação assume, que podia chegar a confrontos virulentos com as autoridades⁵, foi contribuindo para eclipsar outras formas de participação dessas entidades nas dinâmicas políticas concelhias, talvez não tão evidentes, mas não menos relevantes. Falamos, aqui, de um papel que não se restringia às confrarias de ofícios, estendendo-se ao conjunto das irmandades que proliferavam, nos finais da Idade Média, nos núcleos urbanos. Pela riqueza que em alguns casos possuíam, pelo forte impacto que a sua ação assistencial tinha no interior das comunidades e pelas relações sociais que geravam, elas acabavam por ser incontornáveis no quadro institucional local, não parecendo estranho que direta ou indiretamente se envolvessem ou fossem envolvidas no jogo político municipal e não necessariamente por via das lógicas do confronto. Alguns historiadores, nomeadamente de Espanha, foram chamando a atenção para o papel mais alargado que assumiram na vida política local, pondo em evidência, entre outros aspetos, o contributo que tiveram para a consolidação de regimes oligárquicos⁶.

Em Portugal, as confrarias não têm sido muito olhadas sob estes prismas. De facto, muito embora elas sejam hoje relativamente bem conhecidas, sob múltiplos aspetos⁷, pouco se tem atendido à relação que mantiveram com os poderes concelhios⁸. A exceção diz respeito, mais uma vez, às confrarias de ofícios, que mereceram a atenção dos historiadores que se debruçaram sobre os mesterais no sentido de conhecer as suas formas de organização, as suas vivências e as suas reivindicações e aspirações⁹. Mas fora desse âmbito, e para além do trabalho de Ana Sofia Cláudio a

⁵ Existe uma extensíssima bibliografia relativamente recente sobre esta questão, que conheceu forte interesse nos últimos anos. Limitamo-nos, aqui, a apresentar algumas obras de síntese quer para o conjunto do espaço europeu ocidental, quer mais especificamente para os reinos de Inglaterra e França, bem como para as regiões da Flandres e do Norte de Itália, onde os conflitos tiveram uma forte intensidade. Lantscher, *The Logic of Political Conflict in Medieval Cities*. Cohn, Jr., *Popular protest in late medieval English towns*. Monsalvo Antón, *Los Conflictos sociales en la Edad Media*. Para os reinos hispânicos: Córdoba de la Llave, “Conflictividad social en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media”. Braekevelt e outros, “The politics of factional conflict in late medieval Flanders”; Segura Graiño, *Los conflictos sociales en el Madrid medieval*.

⁶ Veja-se, por exemplo, Martínez Vinat, “Estructura social y redes de sociabilidad en el movimiento confraternal valenciano”; Mainé Burguete, “La cofradía de Santo Tomás de Jaca (1398)”. A relevância das confraternidades na consolidação do poder do patriciado foi também uma realidade nas cidades de Milão, veja-se Gazzini, “Patriziati urbani e spazi confraternali”.

⁷ Face à impossibilidade de referenciar o vastíssimo número de estudos monográficos sobre as confrarias portuguesas, remetemos para a obra de síntese de Coelho, “As confrarias medievais portuguesas”, pp. 149-183. Pode ver-se também os artigos síntese de Penteado, “Confrarias”, vol. I, pp. 459-470; *idem*, “Confrarias”, vol. 2, pp. 323-334. Para uma leitura completa da vasta bibliografia existente sobre o tema, veja-se Rosa, “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média”, pp. 76-81.

⁸ Embora numa perspetiva diversa daquela que propomos, o tema da relação dos hospitais/ confrarias com a administração municipal foi abordada por Martins, “Entre a gestão e as ingerências”.

⁹ Entre eles, especialmente Arnaldo de Sousa Melo, um dos maiores especialistas portugueses sobre a realidade dos mesterais no período medieval. Este autor desenvolveu uma ampla investigação sobre os mesterais, o trabalho e a sua relação com os poderes. Vejam-se, entre outros os seguintes estudos: Melo, *Trabalho e Produção em Portugal*; *idem*, “Os mesterais e o poder concelhio”; *idem*, “Os mesterais e o governo urbano”; *idem*, “A organização dos mesteres no Porto”; *idem*, “Les métiers en ville au Portugal”; *Idem*, “Apontamentos para a história da Confraria dos Sapateiros”; *idem*, “L’organisation des métiers au Portugal”.

que nos referiremos adiante, pouco se tem equacionado o papel que as confraternidades tiveram nos contextos sociopolíticos urbanos. O que é pena, porque este tipo de abordagem pode trazer importantes apertações para o melhor entendimento das próprias realidades políticas municipais portuguesas e das tensões que as atravessavam nos finais da Idade Média.

Pelos motivos aduzidos, justifica-se debruçarmo-nos sobre estas entidades na perspectiva que temos vindo a equacionar. Fazemo-lo, neste texto, a partir do exemplo concreto da cidade de Évora que, tanto quanto julgamos, pode ser bastante esclarecedor a este nível, por diversas razões. Em primeiro lugar, naturalmente, pela força e pela pujança que as confraternidades tiveram na cidade, mas também pelo ambiente de forte disputa política de que ela foi palco nos finais dos tempos medievais. Importa referir que esta realidade surge intimamente ligada ao forte crescimento e projeção que a cidade conheceu, sobretudo a partir da subida ao poder da dinastia de Avis, que fez dela a segunda cidade do reino. Como seria de esperar, o crescimento urbano e a elevação da cidade no quadro do reino teve consequências a diversos níveis, nomeadamente no campo social e político¹⁰. Sobre o primeiro aspeto, e em termos genéricos, podemos considerar que as dinâmicas pelas quais a urbe passou no fim de Trezentos e no século seguinte favoreceram processos de mobilidade social¹¹, permitindo a vários indivíduos e grupos familiares uma rápida escalada ascensional que, em alguns casos, foi verdadeiramente surpreendente¹². No campo mais estritamente político, o contexto acima referido contribuiu para a aceleração de tendências que já antes se esboçavam quanto à governação urbana, que conheceu, neste período, um forte processo de elitização, de fechamento e de oligarquização. Um fenómeno que, como seria quase inevitável, acarretou reações por parte dos que se sentiram afastados e excluídos da participação governativa, como foi o caso dos mesteiros, que protagonizaram uma intensa luta política¹³.

Este quadro marcado por múltiplas disputas e tensões sociais parece-nos constituir um terreno propício para avaliarmos o possível papel das confraternidades nas dinâmicas sociais e políticas municipais.

Para além destas questões de contexto, a possibilidade de estudo da problemática em causa em Évora é também favorecida pelo facto de as confrarias da cidade serem, hoje, bem conhecidas em virtude da qualidade da documentação que chegou até nós e dos diversos trabalhos académicos que, nas últimas décadas, sobre elas se debruçaram. Entre outros aspetos, esses estudos foram-nos revelando a sua organização interna¹⁴, o seu património¹⁵ e as suas realidades sociológicas. Esta última uma dimensão de particular importância para o tema em análise, valendo a pena realçar, a este nível, a grande valia da tese de Mestrado de Ana Sofia Cláudio, defendida na Universidade de Évora, em que paralelamente à análise minuciosa do quadro social

¹⁰ Veja-se sobre esta questão: Serra, *Governar a cidade*.

¹¹ No sentido da clarificação de conceitos e da identificação de mecanismos que favoreceram a mobilidade social nos reinos do sul da Europa, vale a pena ver o trabalho de Igual Luis, "The Christian Kingdoms of the Iberian Peninsula".

¹² *Ibidem*. Veja-se, também, Serra, "Entre o comércio e a governação local"; *idem*, "Os 'Façanha'"; *idem*, "Entre a promoção do *bem comum*".

¹³ Sobre esta luta, veja-se Beirante, *Ao serviço da República*.

¹⁴ Gusmão, *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora*; Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 579-581.

¹⁵ Sobre o património das confraternidades eborenses, veja-se Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora*.

destas instituições, se deixam algumas interrogações oportunas, precisamente, sobre a relevância que as confrarias terão assumido na consolidação das posições sociais das famílias dominantes¹⁶. Todos esses dados, somados ao que hoje se conhece sobre a administração municipal da cidade e o seu grupo dirigente, permitem-nos fazer uma leitura global da relação que as confrarias mantiveram com o poder concelhio e ajuizar sobre o seu grau de envolvimento nas teias relacionais que em torno dele se estabeleciam.

2. A preponderância das famílias mais destacadas no interior das confraternidades

Para a temática que nos interessa, um dos primeiros aspetos a constatar é a confirmação da ideia veiculada por diversos autores, para outros locais, mas que é também evidente para Évora, de que as confrarias, mais do que um refúgio dos humildes, eram entidades que estavam essencialmente ao serviço dos que tinham já atingido um certo patamar de riqueza e de poder ou daqueles que, por um motivo ou por outro, se iam distanciando do comum da população urbana. Muito embora as irmandades da cidade fossem abertas sob o ponto de vista social, não existindo, aparentemente, nas regras estatutárias restrições à integração de membros —com a exceção óbvia dos não livres e das minorias— nem todos tinham entrada nestas irmandades. Elas não contavam, por exemplo, com elementos oriundos dos estratos sociais urbanos mais baixos, que globalmente eram designados como os *minores*, a arraia-miúda. A entrada implicaria sempre a detenção de determinados meios económicos necessários para responder às exigências da pertença, já que seria obrigatório algum tipo de participação financeira e material, a que os mais pobres não poderiam fazer frente. Mesmo em instituições que assentavam nos ideais de solidariedade e fraternidade cristã, a capacidade económica assumia-se como um fator de restrição. As confraternidades eborenses eram, assim, maioritariamente constituídas por uma pequena nobreza de escudeiros, por mercadores, por membros do oficialato, por lavradores e por mestirais que, em Évora, não tinham irmandades específicas dos seus ofícios, integrando de forma transversal as diversas confrarias existentes na cidade. A realidade sociológica destes institutos eborenses remete-nos, pois, para o universo dos grupos intermédios da sociedade tardo-medieval e para o mundo sempre complexo e competitivo das elites urbanas, não se revelando a realidade eborense, a este nível, muito diferente da que ocorria em muitos outros locais do reino¹⁷.

A este primeiro nível de exclusão, que mantinha fora das irmandades uma parte significativa da população urbana, somavam-se as dinâmicas internas e o perfil das próprias instituições que não deixavam de marcar diferenças e de manter vivas as lógicas de sociedades fortemente hierarquizadas. O exemplo eborense revela bem que as confraternidades estavam longe de se equivalerem em termos de prestígio e de poder. Muito embora tivessem objetivos idênticos e regras de funcionamento não muito distintas, patenteavam graus de riqueza e de projeção muito diversos¹⁸, revelando também diferentes níveis de solidez e de perenidade. Vale a pena referir que

¹⁶ Cláudio, “São as confrarias refúgio dos humildes?”.

¹⁷ Beirante, *Confrarias Medievais Portuguesas*; Coelho, “As confrarias medievais portuguesas”.

¹⁸ Os diferentes níveis de riqueza ficam claramente expressos no trabalho de Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora*, p. 40 (quadro síntese).

Albergarias de Évora nos finais da Idade Média, p. 30

Como é evidente, a pujança, a riqueza e o prestígio das entidades estavam intimamente ligadas ao perfil daqueles que as integravam. Em Évora, como há muito notou Maria Ângela Beirante²¹, pelo menos algumas confraternidades terão surgido em íntima ligação com as respetivas paróquias²², tendo por base as solidariedades viciniais que elas promoviam. Muito embora essa não tivesse sido uma regra taxativa, não deixava de se verificar alguma correspondência entre a pertença a uma dada confraria e o local de residência dos confrades. Desse modo, e porque a cidade tinha uma geografia económica e social relativamente bem definida, o perfil das confraternidades acabava por refletir também o local da sua implantação e do meio social em que se inseriam. Esse fator, a que se somaria a sua maior ou menor capacidade de atração dos mais ricos e influentes, sendo que neste aspeto o prestígio já adquirido poderia funcionar como fator adicional de procura de adesão, fazia com que existisse uma enorme diferença entre as confraternidades eborenses no que diz respeito ao perfil dos seus membros e da sua riqueza²³. Dois aspetos que se encontram interrelacionados e que se refletiam, como não podia deixar de ser, na sua maior ou menor capacidade de projeção na vida da cidade.

De facto, dificilmente se podia comparar, por exemplo, a confraternidade de S. Gião com a de Santo Antão ou a de Jerusalém²⁴. Enquanto a primeira, sediada nas imediações do mosteiro de S. Domingos²⁵, numa zona relativamente periférica da cidade, era composta maioritariamente por gente ligada ao mundo do trabalho, com um número significativo de hortelões e muitos mesteirais, as duas últimas integravam, entre os seus membros, gente de superior estatuto social e com um outro protagonismo na vida urbana (*cf.* Mapa 1). A de Santo Antão, encontrava-se instalada nas proximidades da praça grande, não muito distante da igreja com o mesmo nome, numa das zonas que progressivamente se afirmava como o principal centro cívico e comercial da cidade. Não se estranha, por isso, que entre os seus membros se contasse uma plêiade de abastados mercadores, como Fernão Gonçalves Façanha²⁶, Martim

²¹ *Cf.* Beirante, Évora Na Idade Média, p. 580.

²² Poderá ser o caso da confraria de Santo Antão ou da do Corpo de Deus da Sé que, em determinados documentos, surgem referenciadas, respetivamente, como confrarias do Corpo de Deus da freguesia de Santo Antoninho, ou como confrarias do Corpo de Deus da freguesia da Sé. Por exemplo, ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Santo Antoninho, liv. 61, ff. 11v, 66-67. ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, f. 19v. A ligação das confrarias às paróquias era uma realidade comum no Portugal medieval, veja-se, por exemplo, Sá, “As confrarias e as Misericórdias”, pp. 55-60.

²³ Para uma leitura comparativa da propriedade das várias confraternidades, veja-se o quadro síntese inserto no trabalho de Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora*, p. 48. Como se constata, existia uma enorme diferença entre as confraternidades sob o ponto de vista do seu património, destacando-se as de Jerusalém e de Santo Antão que eram claramente as mais ricas.

²⁴ Sobre o perfil social das confraternidades, veja-se Cláudio, “São as confrarias refúgio dos humildes?”, gráficos 1, 2, 3 relativos ao estatuto socioeconómico dos confrades da Confraria de Jerusalém, de Santo Antão e de S. Gião, pp. 160-162.

²⁵ Um documento da Albergaria, datado de 1400, indica que a confraternidade ficava “a Par de S. Domingos”, *cf.* ADE-AM, Pergaminhos dos Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião, liv. 63, f. 1.

²⁶ Por exemplo, ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Santo Antoninho, liv. 61, ff. 7, 14, 16.

Afonso Arnalho²⁷, Martim Pascoal²⁸, entre outros²⁹, a que se juntavam homens dos ofícios mais prestigiados, como os ourives³⁰. Apesar da heterogeneidade social que patenteava, contabilizava-se, entre os confrades, um grupo considerável de escudeiros, de ricos mercadores, de tabeliães, procuradores e funcionários vários, compondo um quadro social que conferia a esta irmandade uma certa distinção.

Mas, nos finais da Idade Média, era sobretudo a confraria de Jerusalém aquela que claramente se destacava em termos de riqueza³¹ e de prestígio dos seus membros. Talvez não exageremos se dissermos que reunia a nata da sociedade eborense, sendo, de longe, a mais elitista e exclusivista, onde a entrada de novos membros talvez não fosse muito fácil para os que não pertencessem aos grupos familiares já instalados. Por meados do século XV, contavam-se entre os seus membros os nomes mais sonantes da cidade. A listagem era encabeçada pelos Lobo³², que durante gerações pontuaram como alcaides, e incluía os D´Arca³³, Fuseiro³⁴, Façanha³⁵, Murzelo³⁶, Toscano³⁷, Villa-Lobos³⁸, Espinho³⁹, Paiva⁴⁰, Godinho⁴¹, Chaves⁴², Gramaxo⁴³, Carvalho⁴⁴, Pestana⁴⁵, todos eles, curiosamente, apelidos integrantes das famílias da oligarquia, surgindo repetidamente, ao longo de décadas, nos cargos concelhios. Nenhuma outra se lhe equivalia, nem as já referidas, nem as do Espírito Santo, S. Bartolomeu, Santa Catarina e de S. João, nas quais se contavam também alguns dos membros de destacadas famílias da cidade, como os Pestana ou os Pina, mas onde a presença de gente de maior estatuto social era menos evidente. Destas últimas confrarias, talvez possamos dizer, de forma algo simplificadora, que se situavam numa posição intermédia, longe da pujança de Jerusalém, mas também distantes da mais popular confraria de S. Gião.

As confrarias da cidade tinham, pois, alguma lógica de arrumação social, que não deixaria de ser percecionada pela própria comunidade, existindo, certamente, entre

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ *Ibidem*, ff. 11, 14, 15, 17, 18v, 78v.

²⁹ Como, por exemplo, Álvaro Pires “Mãos-boas”, que foi alcaide em 1390, *cf. ibidem*, f. 15, Lourenço Rodrigues, Álvaro Afonso, *ibidem*, f. 84-84v.

³⁰ É, por exemplo, o caso de Estêvão Eanes, que foi alcaide, e de João Rodrigues, mordomo, que exerceram as funções no ano de 1387, *cf. ibidem*, f. 12.

³¹ *Cf.* Sousa, *A Propriedade das Albergarias de Évora*, p. 48.

³² São referenciados na albergaria como confrades: Lopo Fernandes Lobo I, ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, por exemplo: ff. 1v, 15; Martim Lopes Lobo, *ibidem*, por exemplo, ff. 26, 46, 47, 48, 49v, Fernão Lopes Lobo, por exemplo, *ibidem*, f. 60, Nuno Fernandes Lobo, *ibidem*, ff. 68, 72v; Lopo Fernandes Lobo II, *ibidem*, por exemplo, f. 96; João Lobo, por exemplo, *ibidem*, f. 136v, 144. Gonçalo Pires Lobo, *ibidem*, f. 144, 145, 146.

³³ Caso de Fernão Gonçalves d´Arca que é referido como confrade da albergaria em 1380, *cf. ibidem*, f. 1v.

³⁴ Rodrigo Eanes Fuseiro é confrade em 1380, *ibidem*, f. 1v; João Afonso Fuseiro, em 1389, *ibidem*, f. 15

³⁵ Caso de Vasco Rodrigues Façanha II, *ibidem*, por exemplo, f. 100; Gil Gonçalves Façanha, por exemplo, *ibidem*, f. 108v, 119v, 110; Lopo Façanha II, *ibidem*, f. 114.

³⁶ João Murzelo, o velho, *ibidem*, f. 68, 72v, 75v; João Murzelo, o novo, *ibidem*, por exemplo, ff. 136v, 142.

³⁷ João Rodrigues Toscano, *ibidem*, por exemplo, f. 106.

³⁸ Rui Martins de Vilalobos, *ibidem*, por exemplo, ff. 114, 158, 162.

³⁹ Dois irmãos detentores deste apelido, Lopo Dias de Espinho e Gonçalo Dias de Espinho, são confrades da albergaria, *cf.* por exemplo, *ibidem*, ff. 61, 62, 62v.

⁴⁰ Vasco Martins de Paiva, *ibidem*, por exemplo, f. 162v, 165.

⁴¹ Como Rui Martins Godinho, *ibidem*, por exemplo, ff. 49v, 50, 50v, 51v.

⁴² Rui Mendes de Chaves, *ibidem*, por exemplo, ff. 75v, 100v.

⁴³ Nuno Fernandes Gramaxo, *ibidem*, por exemplo, ff. 108v, 112v.

⁴⁴ Fernão Carvalho, *ibidem*, por exemplo, ff. 166, 168, 172v.

⁴⁵ Lopo Gomes Pestana, *ibidem*, por exemplo, f. 68, 72v, 75v, 104v, 105v.

a população urbana, uma noção bem interiorizada dos diferentes níveis de prestígio que possuíam. Este era conferido primordialmente pelo estatuto e protagonismo dos membros que as integravam, mas também (e sobretudo) pela relevância social daqueles que as dirigiam e representavam ou que nelas tinham um maior ascendente. Acentuamos este último aspeto porque as confraternidades não eram, de facto, espaços igualitários que contribuíssem para a nivelamento dos seus membros⁴⁶. Muito embora se tratasse de instituições cujos ideais irmanavam todos nos mesmos objetivos caritativos e de entreajuda, a realidade não correspondia a esse modelo. Ainda que os estatutos o não plasmassem, elas não deixavam de reproduzir e manter distinções sociais. No seu interior valorizavam-se as hierarquias assentes no estatuto social, no protagonismo e na riqueza dos seus membros, como se comprova quando olhamos para os nomes dos que, anualmente, iam sendo escolhidos para as dirigir. O cargo de alcaide, o mais dignificante e ao qual estava adscrita a representação externa da entidade, recaía, comumente, nos confrades de maior estatuto e reconhecimento social. É, por isso, que em muitas delas encontramos nas funções uma plêiade de reputados escudeiros e cavaleiros com forte protagonismo na vida da cidade entre as duas últimas décadas do século XIV e a centúria de Quatrocentos⁴⁷. Na irmandade de Jerusalém, foram alcaides, entre muitos outros escudeiros, homens como: Lopo Fernandes Lobo⁴⁸, Martim Lopes Lobo⁴⁹, Fernão Lopes Lobo⁵⁰, Lopo Dias de Espinho⁵¹, Lopo Gomes Pestana⁵². Em Santo Antão, desempenharam essas funções algumas das figuras de primeiro plano da vida concelhia, como é o caso de Vasco Rodrigues Façanha I⁵³, Diogo Lopes Brandão⁵⁴ ou Nuno Fernandes Gramaxo⁵⁵. Refira-se que mesmo nas confrarias menos pujantes o cargo de alcaide foi também, frequentemente, desempenhado por gente oriunda de famílias de escudeiros com algum destaque na cidade e na governação municipal. Em S. João foram alcaides homens, como Fernão Martins Pestana⁵⁶, João Martins de Pina⁵⁷ ou João Afonso da Regueira⁵⁸. Na confraternidade do Espírito Santo, encontramos nas mesmas funções escudeiros como, por exemplo, Fernão Martins Vieira⁵⁹, ou Gonçalo Pires, que fora Corregedor no Algarve⁶⁰. No caso dos mordomos, que tinham a seu cargo a gestão patrimonial e financeira, a proeminência social não era tão evidente, talvez porque o

⁴⁶ Esta questão foi abordada, por exemplo, por Gazzini, “Solidarity and Brotherhood in Medieval Italian Confraternities”. Pode ver-se também Casagrande, “Confraternite senza barriere?”; *idem*, “*Devozione e municipalità*”. Para a Flandres, veja-se Trio, “The Social Positioning of Late Medieval Confraternities”, pp. 99-110. Para a realidade portuguesa: Coelho, “As confrarias medievais portuguesas”, pp. 180-183.

⁴⁷ Para uma leitura completa dos alcaides das confraternidades, vejam-se as listagens elaboradas por Beirante, Évora na Idade Média, pp. 635-653 e por Cláudio, “São as confrarias refúgio dos humildes?”

⁴⁸ ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, por exemplo, f. 1v.

⁴⁹ *Ibidem*, por exemplo, ff. 45, 46, 47, 50v.

⁵⁰ *Ibidem*, por exemplo, f. 60.

⁵¹ *Ibidem*, por exemplo, f. 61, 62v.

⁵² *Ibidem*, por exemplo, f. 75v.

⁵³ Por exemplo: ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Santo Antoninho, liv. 61, ff. 33, 36.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*, f. 122v.

⁵⁶ ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Santo Antoninho, liv. 61, f. 94.

⁵⁷ *Ibidem*, f. 89.

⁵⁸ ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, por exemplo, f. 88.

⁵⁹ ADE-AM, Pergaminhos dos Hospitais do Corpo de Deus da Sé, do Santo Espírito, de S. Bartolomeu e de S. Gião, liv. 63, por exemplo, ff. 72v, 73.

⁶⁰ *Ibidem*, por exemplo, f. 84.

cargo tivesse um cariz mais executivo e fosse, em termos práticos, mais trabalhoso. Ainda assim, diversos mordomos, sobretudo os das confrarias mais ricas, podiam ser designados entre os membros que patenteavam maior estatuto social. É o caso, por exemplo, do escudeiro Gonçalo Dias de Espinho. Um homem oriundo de uma família de vassalos régios e de grandes proprietários rurais, ligado à governação municipal, onde passou pelas funções de Juiz e de Procurador do Concelho⁶¹, que encontramos como Mordomo, Procurador e Provedor da confraria de Jerusalém nos anos de 1422, 1428 e 1429⁶². Também o escudeiro Gil Gonçalves Façanha, detentor do apelido de uma das principais famílias oligárquicas, ocupou de forma recorrente o cargo, nessa mesma albergaria, entre 1452 e 1470⁶³.

Note-se que, em boa verdade, o ascendente destes homens não era apenas individual, sendo em muitos casos também o resultado do peso que os respetivos grupos familiares tinham no interior dessas entidades. Para entendermos a proeminência de algumas famílias nestes institutos importa antes referir que era comum, em Évora, a ligação preferencial de determinados grupos familiares a uma confraria. Apesar de essa não ser uma regra taxativa, até porque temos exemplos de membros de uma mesma família em várias irmandades, não deixava de se verificar, de facto, esse tipo de ligação preferencial. Esta podia ser, e era frequentemente, bastante duradoura, prolongando-se ao longo de várias gerações. Para as famílias mais influentes, essa passagem de testemunho implicava, muitas vezes, aceder de forma quase natural aos cargos diretivos, não sendo incomum que os recém-chegados fossem chamados a desempenhar funções idênticas às dos seus antecessores, numa evidente demonstração do ascendente e da capacidade de influência que o grupo familiar tinha no interior da irmandade. O caso dos Lobo, que surgem ligados à poderosa confraria de Jerusalém, na qual estão presentes em força até menos meados do século XV, é paradigmático a esse nível. O cargo de alcaide foi desempenhado repetidamente por membros desta família ao longo de, pelo menos, três gerações. A primeira, que é a de Lopo Fernandes Lobo, que encontramos no cargo em 1380⁶⁴; a segunda, que é a dos seus filhos, Martim Lopes Lobo⁶⁵ e Fernão Lopes Lobo⁶⁶, que vemos de forma recorrente, como alcaides nas primeiras décadas do século XV, aos quais se segue, por meados dessa centúria, uma terceira geração representada por Nuno Fernandes Lobo⁶⁷, filho de Fernão Lopes Lobo⁶⁸, Lopo Fernandes Lobo II⁶⁹ e Gonçalo Pires Lobo⁷⁰, todos eles netos do primeiro dos Lobo que

⁶¹ Cf. Serra, *Governar a cidade*, pp. 501-503 (nota biográfica de Gonçalo Dias de Espinho).

⁶² ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, ff. 69, 77, 77v, 78, 78v, 85, 88, 88v, 90, 97. A gestão de Gonçalo Dias de Espinho não terá sido pacífica já que, anos mais tarde, é chamado a responder por dívidas que tinha por saldar com a Albergaria, acabando por estabelecer um acordo para resolver o contencioso, *ibidem*, ff. 104-105v.

⁶³ ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, ff. 119v, 110, 111, 114, 119v, 124, 126, 129, 132, 133, 134v, 143, 148v, 151v, 152v, 153, 154, 155v.

⁶⁴ *Ibidem*, f. 1v.

⁶⁵ Ocupou as funções em 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1426 e 1428. *Ibidem*, ff. 45, 46, 47, 49v, 50v, 51v, 52v, 78v, 81, 85. Não sabemos se se trata do mesmo indivíduo. É provável que o Martim Lopes Lobo dos últimos anos seja filho ou descendente direto do primeiro que esteve presente em 1385, em Aljubarrota. Cf. Serra, *Governar a cidade*, pp. 607-611 (notas biográficas de Martim Lopes Lobo I e de Martim Lopes Lobo II).

⁶⁶ Ocupou as funções em 1418, ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, ff. 60.

⁶⁷ Alcaide em 1446, *ibidem*, ff. 68, 72v.

⁶⁸ *Ibidem*, f. 85.

⁶⁹ Alcaide em 1450, *ibidem*, f. 96.

⁷⁰ Filho de Pêro Vivas, *ibidem*, ff. 95, 104. Alcaide em 1449, ff. 144, 145, 146.

referenciámos⁷¹. Embora o caso dos Lobo assuma, pela sua força e duração temporal, alguma excecionalidade, este tipo de fenómenos não deixava de se verificar, em menor escala, com outras famílias.

A continuidade geracional verificou-se também com os Murzelo, ainda nessa mesma irmandade de Jerusalém, onde se deteta a presença de João “Murzelo-o-Velho”, que surge como confrade na década de Vinte de Quatrocentos, e com o seu descendente, João “Murzelo-o-Novo”⁷², que encontramos algumas décadas depois, na albergaria, na qual assumiu algum protagonismo, testemunhado pelo desempenho do cargo de alcaide, função em que o encontramos investido nos anos de 1452⁷³ e de 1457/58⁷⁴. Algo de semelhante terá ocorrido com os Regueira, que mantiveram ligação à confraternidade de S. João durante várias décadas, por via da presença de João Afonso da Regueira⁷⁵ e daquele que supomos ser seu filho, Rodrigo Eanes da Regueira⁷⁶. É também possível depararmo-nos com a presença simultânea de irmãos. É o que se verifica com Lopo Dias Espinho e Gonçalo Dias de Espinho que, na década de Vinte de Quatrocentos, não só surgem como confrades na irmandade de Jerusalém, como assumem nela um certo protagonismo, ocupando, respetivamente, os cargos de Alcaide⁷⁷ e de Mordomo⁷⁸. Note-se que o peso familiar no interior de uma confraternidade não dizia apenas respeito aos laços de sangue, mas também aos de natureza clientelar⁷⁹. Os Façanha testemunham-no, em Santo Antão, onde a sua rede de relações parece ter assumido alguma força. Para além de Vasco Rodrigues Façanha que, diga-se, foi um dos homens mais fortes da governação da cidade nos finais do século XIV⁸⁰, assume também grande destaque na confraternidade um seu *criado*, um indivíduo que lhe era muito próximo e que foi um homem da sua inteira confiança, com o qual partilhou um longo percurso⁸¹. Referimo-nos ao mercador Fernão Gonçalves (Façanha), que assumiu protagonismo na confraternidade, sendo nela titular do cargo de alcaide em finais do século XIV⁸², sendo significativo que alguns dos seus *homens* e *criados* surjam igualmente entre os confrades⁸³. Refira-se que, tal como verificámos para outros grupos familiares, também a ligação dos Façanha a Santo Antão se transpôs para as gerações seguintes, representadas, nos anos

⁷¹ Sobre as relações familiares entre os Lobo vejam-se os esquemas genealógicos elaborados por Coelho, *Poder e estatuto em Portugal*, pp. 149-152.

⁷² ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, ff. 104-105v. Veja-se nota biográfica de João Murzelo em Serra, *Governar a cidade*, pp. 545-547.

⁷³ ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, f. 126.

⁷⁴ *Ibidem*, f. 119.

⁷⁵ Era alcaide do Hospital em 1411 e 1413, ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Santo Antoninho, liv. 61, respetivamente, f. 94 e f. 88.

⁷⁶ *Ibidem*, ff. 93v, 94. Surge, posteriormente, como confrade de Jerusalém.

⁷⁷ Ocupou o cargo em 1422, ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, f. 61, 62, 66v.

⁷⁸ Ocupou o cargo em 1426 e 1428, em 1429 surge como Provedor e Procurador, *cf. ibidem*, ff. 69, 77v, 81, 85, 88, 88v, 104.

⁷⁹ Sobre os conceitos de família, bem como de “sistemas de parentesco” e “estruturas familiares” ao longo da Idade Média, veja-se Loring García, “Sistemas de parentesco y estructuras familiares en la Edad Media”, pp. 13-38.

⁸⁰ Sobre esta família e o peso que teve na cidade, veja-se, Serra, “Os “Façanha”. pp. 163-186.

⁸¹ Veja-se Serra, “Entre o comércio e a governação local”.

⁸² O mercador Fernão Gonçalves ocupou o cargo nos anos oitenta do Século XIV (*cf.* por exemplo, ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Santo Antoninho, liv. 61, ff. 6, 7, 9, 11, 14).

⁸³ Para além dos já referidos deteta-se, ainda, entre os confrades, a presença de Estêvão Rodrigues Façanha, e de vários criados de Fernão Gonçalves Façanha, deixando evidente a forte presença desta família na confraternidade de Santo Antão, *cf. ibidem*, ff.13, 15,

Trinta e Quarenta de Quatrocentos, por Vasco Rodrigues Façanha II⁸⁴, que também ocupou as funções de alcaide⁸⁵, e, posteriormente, por Lopo Façanha⁸⁶.

Estas lógicas de funcionamento acabavam, assim, por colocar as confrarias, sobretudo as mais poderosas, na órbita das famílias mais influentes que exerciam sobre elas um forte controlo. Em boa medida, seriam esses grupos familiares que acabavam por colher alguns dos benefícios que a instituição podia proporcionar, partilhando o seu capital simbólico e retirando proveito das suas dinâmicas sociais. Muito embora estes processos tivessem, como é evidente, um maior significado nas confraternidades mais prestigiadas, eles não deixariam também de se verificar, a uma escala diferente, em outras irmandades.

Supomos que para algumas famílias em processo de descolagem social, se assim o podemos referir, a pertença e, ainda mais, o desempenho de cargos de destaque no seio de uma das confraternidades poderia ser um primeiro patamar de visibilidade e de aproximação às elites. Talvez tivesse sido esse, por exemplo, o caso do mercador Martim Afonso Arnalho⁸⁷, de João Afonso da Regueira⁸⁸, de Rodrigo Eanes Mousinho⁸⁹ ou de um Rui Salvado identificado, no fim da vida, como escudeiro e vassalo do rei⁹⁰. Homens com origens mais ou menos obscuras, que se destacaram na cidade e que viram reforçada a sua posição social. Quer neste quer noutros casos, parece legítimo supormos que o destaque e as sociabilidades obtidas no seio das confrarias tivessem tido a sua quota-parte de importância para a sua integração no seio das elites.

O caso eborense assemelhava-se ao que se verificava em outros locais. Diversos autores têm enfatizado o papel destas instituições no reforço das posições sociais quer dos grupos já instalados, quer daqueles que iniciavam processos de descolagem social⁹¹. Se para uns, permitiam adensar as suas redes relacionais e consolidar o seu poder, para outros, a admissão e, ainda mais, a passagem pelo desempenho de funções relevantes, poderia constituir um importante passo para a integração no seio das elites. Em certo sentido, as irmandades (e, aqui, referimo-nos sobretudo às mais prestigiadas) cumpriam também o papel de sancionar a admissão de novos membros entre as fileiras dos que detinham o poder urbano.

3. O papel das confraternidades na vida política municipal

O pendor elitista de algumas das irmandades remete-nos para a sua inevitável dimensão política que parece evidente se considerarmos que em modelos governativos fortemente elitizados e oligarquizados, como Évora nos finais da Idade Média⁹², eram precisamente estes grupos de topo da sociedade urbana que controlavam a administração municipal.

⁸⁴ Desempenhou as funções de alcaide na década de trinta de Quatrocentos, *cf. ibidem*, ff. 33, 34, 35.

⁸⁵ Referenciado como alcaide no ano de 1437, *cf. ibidem*, ff. 35, 36.

⁸⁶ *Ibidem*, f. 128.

⁸⁷ Veja-se nota biográfica inserta na tese de doutoramento de Serra, *Governar a cidade*, pp. 596-597.

⁸⁸ Veja-se nota biográfica, *ibidem*, pp. 522-523.

⁸⁹ Veja-se nota biográfica do seu filho Lopo Rodrigues Mousinho, *ibidem*, p. 572.

⁹⁰ Veja-se nota biográfica, *ibidem*, pp. 665-667.

⁹¹ Veja-se, por exemplo, Asenjo González, “Urban system as an oligarchy structuring process”, p. 41. Pode ver-se também Martínez Vinat, “Estructura social y redes de sociabilidad”, pp. 241-280.

⁹² Serra, *Governar a cidade*, especialmente, o cap. III.

De facto, uma boa parte dos indivíduos e famílias que vemos à frente das confraternidades ou com lugar de destaque no seu seio estão ligadas ao poder municipal, integrando de forma regular os elencos governativos. Assim aconteceu com os Lobo, os Façanha, os Pestana, os Murzelo, os Pina, os Regueira, os Espinho e praticamente todos os outros que fomos referindo ao longo do texto. Em alguns momentos, sobretudo nas confrarias socialmente mais distintas, verificava-se mesmo uma quase coincidência entre os membros da confraria e os que constavam dos elencos governativos. A título de exemplo, voltemos a enunciar os confrades de Jerusalém, referidos em 1426⁹³, no âmbito da concretização de um contrato de aforamento: Martim Lopes Lobo, cavaleiro, alcaide da confraria; Gonçalo Dias de Espinho, escudeiro, mordomo; Nuno Afonso, criado de Martim Vicente Godinho, escrivão da confraternidade, Fernão Lopes Lobo, João Murzelo e Rodrigo Esteves Conto-e-Meio, seu genro; João Rodrigues, palmeiro, escrivão dos almotacés, João Esteves, genro de João Boto, Vasco Rodrigues Façanha, Lourenço Esteves que foi tabelião e Rui Gonçalves, que foi carcereiro do Bispo⁹⁴. Na sua maioria, estes homens desempenhavam nessa altura, ou tinham passado há pouco tempo pelo desempenho de cargos na governação municipal. O alcaide, Martim Lopes Lobo, era membro da mais influente família da governação, tendo ele próprio exercido o cargo de juiz concelhio por diversas vezes⁹⁵. Também o mordomo, Gonçalo Dias de Espinho se encontrava fortemente ligado ao poder municipal, tendo sido procurador e juiz, cargo em que o encontramos investido nos anos de 1410-1411 e 1417-1418⁹⁶. Para além deles, contam-se, neste conjunto dos confrades, outros elementos com experiência no palco do poder municipal. É o caso de Fernão Lopes Lobo⁹⁷, João Murzelo⁹⁸, Rodrigo Esteves Conto-e-Meio⁹⁹ e Vasco Rodrigues Façanha¹⁰⁰ que integraram, por diversas vezes, os elencos governativos da cidade. A eles somava-se um familiar de João Boto, um homem também ligado à governação¹⁰¹ e um João Rodrigues, identificado como escrivão dos almotacés, que muito embora não tivesse exercido diretamente funções governativas, se movimentava também em torno dos oficiais e do poder municipal. Ou seja, este caso evidencia

⁹³ Já mencionados em Serra, *Governar a cidade*, no subcapítulo *O poder urbano. A afirmação do poder na cidade. O envolvimento nas instituições urbanas*.

⁹⁴ ADE-AM, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém, liv. 62, f. 78v.

⁹⁵ Na documentação concelhia surgem-nos dois indivíduos com este nome, sendo impossível destrinchá-los. De qualquer modo, o indivíduo ou os indivíduos detentores deste nome, que supomos terem uma relação direta de parentesco, desempenharam as funções de juiz (em 1406-1407, 1423-1424, 1435-1436, 1438-1439) e o cargo de Regedor. Cf. *ibidem*, notas biográficas, 126 e 127, pp. 607-611.

⁹⁶ Cf. Serra, *Governar a cidade*, nota biográfica 59, pp. 501-503.

⁹⁷ Foi juiz nos anos de 1405-1406, 1414-1415, 1423-1424, 1430-1431. Não sabemos, ao certo, se em todos os casos nos estamos a referir ao mesmo homem ou se estamos face a dois indivíduos homónimos, sendo provável que se trate de pai/filho/neto. Cf. *ibidem*, nota biográfica 44, pp. 479-481.

⁹⁸ João Murzelo, o velho, foi vereador do concelho (1401-1402, 1405-1406, 1409-1410) juiz (1416-1417, 1420-1421, 1425-1426) e regedor (identificado no *Regimento* em 1427-1428), Cf. Serra, *Governar a cidade*, nota biográfica 86, pp. 545-546.

⁹⁹ Foi Procurador do Concelho (1434-1435) e Vereador (1426-1417, 1431-1432, 1436-1437), Cf. *ibidem*, nota biográfica 158, pp. 657-658.

¹⁰⁰ Supomos que estamos face a Vasco Rodrigues Façanha II. Foi Regedor (nomeado no *Regimento*), Juiz do Crime (1423-1424) e Vereador (1420-1421, 1431-1432, 1434-1435, 1438-1439), Cf. *ibidem*, nota biográfica 174, pp. 686-687.

¹⁰¹ Foi vereador (1425-1426) e Procurador do Concelho (1445-1446, 1451-1452), Cf. *ibidem*, nota biográfica 74, pp. 525-526.

que a elite camarária dominava as confrarias e outras organizações similares, as quais mimetizavam, em determinadas áreas, o organograma do concelho¹⁰².

Face a este e a outros exemplos possíveis, não parece estranho que as confrarias mais prestigiadas fossem vistas aos olhos da comunidade como uma quase extensão do poder municipal.

O peso que os homens ligados à governação tinham no interior das confraternidades surge-nos como algo de paradoxal. Se, por um lado, é o reflexo do forte poder que a oligarquia tinha sobre as instituições urbanas às quais ia estendendo a sua influência, ele deixa também entrever, por outro, a importância que as confrarias poderão ter tido na configuração dos grupos governativos. A presença de diversos indivíduos ligados à governação local no interior de uma dada confraternidade constituiria, decerto, um fator que potenciava o acesso ao poder por parte de outros membros com os quais os anteriores partilhavam laços e vinculações, que a pertença a um mesmo instituto ia solidificando. Daí que a entrada, como confrade, numa das mais prestigiadas irmandades pudesse, em muitos casos, constituir também uma rampa de aproximação à governação urbana. Estes processos eram potenciados quando as famílias que tutelavam as confraternidades tinham também um forte ascendente no seio do grupo governativo. O caso dos Lobo surge-nos, mais uma vez, como um exemplo incontornável, sendo possível que a forte presença de confrades de Jerusalém na governação da cidade tivesse beneficiado do facto de a mesma ser tutelada por esta família que durante largas décadas esteve à frente da governação urbana. Recordemos que os Lobo conheceram um fulgurante processo ascensional a partir da crise dinástica de 1385-85, que os projetou socialmente e lhes conferiu um enorme ascendente na vida política da cidade¹⁰³. Não causa, por isso, qualquer surpresa que muitos dos que com eles compartilhavam laços no seio da confraternidade surjam nos elencos governativos. É possível que algo de semelhante se tivesse verificado com os Façanha¹⁰⁴, em Santo Antão, e provavelmente com outras famílias do círculo governativo no interior das confraternidades onde tinham alguma influência. Neste sentido, as irmandades acabaram por contribuir para o processo de oligarquização e de fechamento da administração concelhia, não sendo despiciendo supor que possam ter jogado um papel relevante na afirmação política de certas famílias.

Os laços, as vivências e a partilha comum inerentes à vida confraternal, acabavam, ainda, por contribuir não só para reforçar os níveis de coesão entre os que desempenhavam funções governativas, mas também para ir disseminando o seu poder e a sua influência pelo conjunto dos confrades, chegando dessa forma a setores mais amplos da população que se encontravam representados no interior destes institutos que, como vimos, tinham alguma abertura social. Trata-se, obviamente, de um papel indireto e difuso, mas que se mostrava eficaz no contexto das sociedades medievais, enformadas por múltiplas redes relacionais e de dependência. Note-se, ainda, que a forte ligação da oligarquia a institutos que desempenhavam funções caritativas e de assistência, permitia que as famílias mais destacadas surgissem associadas a obras de caridade e de beneficência, que se mostravam relevantíssimas no interior da cidade,

¹⁰² Cf. Coelho, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”, pp. 151 e 163.

¹⁰³ Veja-se, por todos, Coelho, *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média*.

¹⁰⁴ Nos elencos governativos deteta-se também a presença de criados e homens dos Façanha, todos eles confrades de Santo Antão. É o caso, por exemplo, do mercador Fernão Gonçalves, cuja carreira política terá beneficiado do patrocínio dos Façanha, um apelido forte da governação desde, pelo menos, meados de Quatrocentos até ao final da centúria seguinte. Veja-se Serra, “Entre o comércio e a governação local”.

o que contribuía, também, para aumentar o seu grau de reconhecimento e de prestígio no seio da comunidade.

Por todos estes motivos, as confraternidades acabaram por constituir um “ativo político” para os grupos dirigentes. Revelaram-se, a este nível, muito distintas das confrarias de outras geografias europeias e peninsulares onde, pelo contrário, elas estiveram muitas vezes por detrás de processos de contestação ao poder municipal, encabeçando lutas em defesa de direitos e reivindicações de certos segmentos sociais exteriores aos círculos governativos, como foi o caso dos mesterais. As confrarias existentes em Évora, abertas sob o ponto de vista social –que eram, aliás, largamente maioritárias no conjunto do reino português– não tinham esse tipo de objetivos, nem assumiram um tal papel de contestação ao poder municipal. O facto de as lutas dos mesterais não terem passado pelas confraternidades é, de algum modo, paradigmático a esse nível. Note-se que muito embora os homens de ofícios integrassem transversalmente as várias confrarias, nunca o seu papel foi determinante no seu seio, nem mesmo naquelas onde a sua presença era numericamente mais significativa, pelos motivos que já conhecemos. Não parece, por isso, estranho que a intensa luta política que os mesterais levaram a cabo em Évora, nos finais da Idade Média, tivesse assentado em outras estruturas organizativas¹⁰⁵, passando longe das entidades que temos vindo a analisar.

Não é, pois, do lado da contestação que devemos olhar para as confrarias. Muito pelo contrário, se elas tiveram algum papel, sob o ponto de vista político, foi o de reforçarem, como vimos, o poder da oligarquia, tendo mesmo contribuído, a diversos níveis, para a estabilização do modelo político vigente. Vale a pena referir um outro papel, nem sempre destacado, mas que estas instituições também foram cumprindo. Referimo-nos, aqui, à função que tiveram de enquadramento das famílias e dos indivíduos que se iam destacando socialmente e que tinham naturais ambições políticas e de integração no seio da elite, mostrando-se, em muitos casos, capazes de mobilizar meios e recursos para exercer pressão sobre as autoridades¹⁰⁶. Numa cidade, como Évora, em franco crescimento, nos finais da Idade Média, esse tipo de fenómenos terá assumido algum significado, como os percursos ascensionais de várias famílias da cidade claramente demonstram¹⁰⁷. Também, a este nível, as confrarias se mostraram relevantes, sendo de supor que, em muitos casos, por via da integração destes indivíduos, elas terão contribuído para acomodar ambições políticas e diluir conflitos, quer entre os membros da elite, quer entre estes e os que nela se procuravam integrar.

4. Conclusão

Antes de passarmos em revista algumas das principais ideias expressas ao longo do texto, importa ainda alertar para necessidade de enquadrarmos o que fomos referin-

¹⁰⁵ Sobre esta luta e as plataformas organizacionais dos mesterais, nomeadamente a *Casa dos Vinte e Quatro dos Mesteres*, veja-se Beirante, *Ao serviço da República*, especialmente o capítulo III.

¹⁰⁶ A conflitualidade de muitas cidades europeias liga-se também a esta questão do acesso ao poder por parte dos que encetavam processos ascensionais; mais do que destruir as estruturas políticas existentes, o seu objetivo primordial passava por se juntar às elites e aproximar-se da governação. Veja-se, por exemplo, Liddy e Haemers, “Popular Politics”, pp. 771–780.

¹⁰⁷ Veja-se Serra, *Governar a cidade*, sobretudo as notas biográficas inseridas nos anexos.

do numa perspetiva um pouco mais vasta. Note-se que o facto de termos valorizado, na nossa análise, o possível papel político das confraternidades não significa, obviamente, que esse papel constituísse o seu desígnio ou que as confraternidades se reduzissem a meros instrumentos ou veículos com finalidades políticas. Isso, de facto, não acontecia. Qualquer papel que possam ter tido a esse nível –e como vimos tiveram-no– é uma consequência indireta que decorre das suas características, das suas formas de funcionamento e das suas funções, que lhes conferiam um papel relevante no seio da comunidade cidadina. Mas se não parece correto sobrevalorizar o papel das confraternidades nas dinâmicas políticas locais, é também necessário não o diminuir, nem deixar de o equacionar. É que, de facto, as confraternidades, como fomos demonstrando, acabaram, de uma ou de outra forma, por servir os interesses da oligarquia e do regime político que ela consubstanciava.

Tal deve-se, em boa parte, ao carácter elitista que essas mesmas irmandades assumiram e ao facto de no seu interior se manterem lógicas próprias de sociedades hierarquizadas, que naturalmente concediam destaque e prevalência aos que tinham maior estatuto e maior protagonismo urbano. Como vimos, foi sobretudo esse carácter que fez com que as principais famílias assumissem um enorme ascendente nessas instituições, das quais não deixavam de colher benefícios quer sob o ponto de vista simbólico, quer ao nível das suas dinâmicas sociais. Note-se que, em certa medida, o controlo exercido pelas mais destacadas famílias eborenses sobre os institutos que temos vindo a analisar era o reflexo –e, para além do mais, um bom exemplo– das lógicas dominadoras das oligarquias, que iam estendendo as suas redes de influência às múltiplas instituições e polos de poder urbano. É nesse quadro que se deve entender também a presença avassaladora das principais famílias oligárquicas eborenses no interior das irmandades.

O enquadramento social das irmandades, que já conhecemos, não permitiu que, em Évora, as mesmas pudessem ter assumido um papel de cariz reivindicativo, de pressão ou de oposição ao poder vigente. Muito pelo contrário, globalmente, as confrarias eborenses serviram os interesses políticos da oligarquia, contribuindo para reforçar solidariedades e cumplicidades políticas, para diluir conflitos, refrear ambições e ampliar a capacidade de controlo sobre a comunidade urbana. Neste sentido, e respondendo à questão inicialmente colocada relativa ao possível envolvimento das confraternidades na vida política local, parece evidente, face ao que foi dito, que elas tiveram, de facto, em Évora, um papel relevante na manutenção e reprodução do poder das famílias dominantes, que sobre elas foram estendendo o seu poder, deixando claro o forte domínio que tinham sobre o conjunto das instituições urbanas.

De facto, como o caso das confrarias bem evidencia, o domínio urbano, por parte da oligarquia, não se cingia ao controlo da administração municipal e do poder político no sentido estrito do termo. Estendia-se a outros polos de poder, religiosos e civis, e às múltiplas instituições urbanas que, a seu modo, iam igualmente contribuindo para estender o seu domínio sobre o conjunto da sociedade. É nesse quadro que se deve entender a relevância que as confraternidades assumiram nas lógicas de poder.

5. Bibliografia

- Asenjo González, María, “Urban system as an oligarchy structuring process”, em María Asenjo González (ed.), *Oligarchy and Patronage in Late Medieval Spanish Urban Society*, col. ‘Studies in European Urban History, (1100-1800)’, 19, Turnhout: Brepols Publishers, 2009.
- Beirante, Maria Ângela, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa: ed. da autora, 1990.
- , *Évora na Idade Média*, Lisboa: FCG/JNICT, 1995.
- , *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mestres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*, Lisboa: C.E.H., 2014.
- Casagrande, Giovanna, “Devozione e municipalità. La compagnia del S. Anello/S. Giuseppe di Perugia (1487-1542)”, em *Le mouvement confraternel au Moyen Age. France, Italie, Suisse, Actes des Tables Rondes*, Genève: Librairie Droz, 1987, pp. 155-183.
- , “Confraternite senza barriere? Un ‘viaggio’ tra casi ed esempi”, em Stefania Pastore, Adriano Prosperi y Nicholas Terpstra (coords.), *Brotherhood and Boundaries/Fraternità e barrier*, Pisa: Scuola Normale Superiore Pisa, 2011, pp. 3-30.
- Cláudio, Ana Sofia, *São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média*, tese de Mestrado em Estudos Históricos Europeus apresentada à Universidade de Évora, em 2002, disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14681>.
- Coelho, André Madruga, *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a Cavalaria e a Baronía*, Lisboa: CIDEHUS/Colibri, 2017.
- Coelho, Maria Helena da Cruz, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”, em *Cofradías, gremios y solidaridades en la Europa medieval. XIX Semana de Estudios Medievales, Estella, 20 a 24 de julio de 1992*, Pamplona: Departamento de Educación y Cultura de Navarra, 1993, pp. 149-183.
- Córdoba de la Llave, Ricardo, “Conflictividad social en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media: aproximación historiográfica”, *Vínculos de Historia*, 3 (2014) pp. 34-53.
- Cohn, Samuel K. Jr., *Popular Protest in Late Medieval English Towns*, Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- García Fernández, Ernesto, “Las cofradías de mercaderes, mareantes y pescadores vascas en la Edad Media”, em Beatriz Arízaga Bolumburu y Jesús Ángel Solórzano Telechea (eds.), *Ciudades y villas portuarias del Atlántico en la Edad Media. Encuentros Internacionales del Medioevo, Nájera, 27-30 de julio 2004*, Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2005, pp. 257-294.
- Gazzini, Marina, “Patriziati urbani e spazi confraternali in età rinascimentale: l’esempio di Milano”, *Archivio Storico Italiano*, 158/3 (2000), pp. 491-514.
- , “Solidarity and Brotherhood in Medieval Italian Confraternities: A Way of Inclusion or Exclusion?”, *Reti Medievali Rivista*, 13-2 (2012). <http://dx.doi.org/10.6092/1593-2214/359>.
- Gusmão, Armando, *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora, Parte I (1499-1567)*, Évora, 1958.
- Haemers, Jelle, y Liddy, Christian D., “Popular Politics in the Late Medieval City: York and Bruges”, *The English Historical Review*, 533 (2013), pp. 771-780.
- Igual Luis, David, “The Christian Kingdoms of the Iberian Peninsula (1100-1500): Concepts, Facts and Problems Concerning Social Mobility”, em Sandro Carocci e Isabella Lazzarini (eds.), *Social Mobility in Medieval Italy (1100-1500)*, Roma: Viella, 2018, pp. 101-120.

- Lantschner, Patrick, *The Logic of Political Conflict in Medieval Cities: Italy and the Southern Low Countries, 1370-1440*, Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.
- Loring García, María Isabel, “Sistemas de parentesco y estructuras familiares en la Edad Media”, em José Ignacio de la Iglesia Duarte (coord.), *La familia en la edad media. XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000*, Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2001, pp. 13-38.
- Mainé Burguete, Enrique, “La cofradía de Santo Tomás de Jaca (1398): un ejemplo de movimiento confraternal como sistema de intervención socioeconómica en la ciudad bajomedieval”, *Studium: Revista de Humanidades*, 3 (1997), pp. 307-322.
- Martínez Vinat, Juan, “Estructura social y redes de sociabilidad en el movimiento confraternal valenciano: la cofradía de San Jaime de Valencia (1377-1441)”, *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, 24 (2014), pp. 241-280.
- Martins, Miguel Gomes, “Entre a gestão e as ingerências: a administração hospitalar municipal na Lisboa de Quatrocentos”, em *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 2000, pp. 120 -131.
- Melo, Arnaldo de Sousa, “A organização dos mesteres no Porto em tempos manuelinos: entre mudanças e permanências”, em *III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua Época, 24-27 Outubro 2001*, Guimarães: C.M. Guimarães, 2004, vol. III, pp. 79-100 (igualmente publicado em *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 369-390).
- , “Les métiers en ville au Portugal (XIII-XV^e siècles)”, em *Tra Economia e politica: le Corporazioni nell’Europa medievale, Pistoia, 13-16 maggio 2005*, Pistoia: Viella, 2007, pp. 111-139.
- , “Apontamentos para a história da Confraria dos Sapateiros e Hospital dos Palmeiros nos séculos XIV a XVI”, em Arnaldo Sousa Melo, Henrique Dias e Maria João Oliveira e Silva, *Palmeiros e Sapateiros. A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano do Porto (séculos XIV a XVI)*, Porto: Fio da Palavra, 2008, pp. 11-40.
- , “L’organisation des métiers au Portugal dans le cadre européen aux XIV et XV siècles. Le cas de Porto”, em *Le travail et les hommes, 127 Congrès do CTHS (Comité des Travaux Historiques et Scientifiques), 2002-Nancy* [em linha], disponível em www.cths.fr.
- , *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, Dissertação de Doutoramento em História, Área de Conhecimento de Idade Média, apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2009.
- , “Os mesteirais e o governo urbano de Porto nos séculos XIV e XV”, em Jesús Ángel Solórzano Telechea y Beatriz Arízaga Bolumburu (coord.), *La gobernanza de la ciudad europea en la Edad Media. Nájera, Encuentros Internacionales del Medievo, julio, 27-30, 2010*, Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp. 323-347.
- , “Os mesteirais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas (séculos XIV e XV)”, *Edad Media: Revista de Historia*, 14 (2013), pp. 149-170.
- Monsalvo Antón, José María, *Los conflictos sociales en la Edad Media*, Madrid: Editorial Síntesis, 2016.
- Penteado, Pedro, “Confrarias”, em Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de história religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. I, pp. 459-470.
- , “Confrarias”, em Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal. vol. 2: Humanismos e Reformas*. João Francisco Marques, A. Camões Gouveia (coord.), Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 323-334.
- Rosa, Maria de Lurdes, “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia

- portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais” *Lusitania Sacra*. 2ª S., 21 (2009), pp. 76-81 [em linha], disponível em <http://hdl.handle.net/10400.14/4567>.
- Segura Graiño, Cristina, *Los conflictos sociales en el Madrid medieval*, Madrid: Asociación Cultural Almudayna, 2016.
- Serra, Joaquim Bastos, *Governar a cidade e servir o rei: A oligarquia concelhia em Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Nova edição, Évora: Publicações do Cidehus, 2018. <https://doi.org/10.4000/medievalista.1231>.
- , “Entre o comércio e a governação local. Fernão Mendes Façanha: um mercador eborense de finais da Idade Média”. *Medievalista*, 16 (2014). <https://doi.org/10.4000/medievalista.1433>.
- , “Os “Façanha”. Uma família da oligarquia eborense nos finais de trezentos”, em Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros (eds.), *Categorias sociais e mobilidade na Baixa idade Média. Entre o islão e a cristandade*, Lisboa: Colibri, 2012, pp. 163-186.
- , “Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no século XV”, *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*, 2ª S., 3 (2008/2009), pp. 69-101.
- Solórzano Telechea, Jesús Ángel, “*Commo uno más del Pueblo*. Acción colectiva y ambiciones políticas del Común en las villas portuarias de Cantabria en la Baja Edad Media”, *Edad Media: Revista de Historia*, 14 (2013) pp. 239-257.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa: INIC/CEHUNL, 1990.
- Trio, Paul, “The Social Positioning of Late Medieval Confraternities in Urbanized Flanders: from Integration to Segregation”, em M. Escher-Apsner (dir.), *Mittelalterliche Bruderschaften in europäischen Städte/ Medieval Confraternities in European Towns. Funktionen, Formen, Akteure/ Functions, Forms, Protagonists* (Inklusion/Exklusion. Studien zu Fremdheit und Armut von der Antike bis zur Gegenwart, 12), Frankfurt-am-Main: Peter Lang, 2009, pp. 99-110.